



UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA

INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Raphaella Gurgel Pinheiro

**VALORIZANDO O SUJEITO E A AGÊNCIA HUMANA, OU “AS PESSOAS EM
PRIMEIRO LUGAR”: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Brasília

2015

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

Raphaella Gurgel Pinheiro

**VALORIZANDO O SUJEITO E A AGÊNCIA HUMANA, OU “AS PESSOAS EM
PRIMEIRO LUGAR”: UM CAMINHO PARA O DESENVOLVIMENTO NAS
RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

Monografia apresentada ao Curso de
Relações Internacionais da Universidade de
Brasília como requisito para a conclusão da
disciplina de Dissertação em Relações
Internacionais sob a orientação do Prof. Dr.
Rodrigo Pires de Campos.

Brasília

2015

RESUMO

Esse trabalho trata da questão do sujeito na disciplina das Relações Internacionais e no campo de Estudos para o Desenvolvimento. A monografia problematiza o sujeito em ambas as áreas e ainda a questão do Desenvolvimento nas Relações Internacionais. Para isso, utiliza-se o debate Agência x Estrutura, um instrumento para se pensar o papel do sujeito e da agência humana. Também se utiliza contribuições teóricas de áreas correlatas do conhecimento, como a Sociologia e a Psicologia, que auxiliam um dos principais esforços deste trabalho: a construção de uma compreensão mais completa do fenômeno da agência humana. São traçadas reflexões sobre meta-teoria e epistemologia, buscando convidar a academia a realizar mudanças na disciplina das RI.

Palavras-chave: 1. Sujeito; 2. Agência humana; 3. Relações Internacionais; 4. Desenvolvimento; 5. Debate Agência x Estrutura; 6. Epistemologia.

ABSTRACT

This dissertation regards the human subject's issue in the fields of International Relations e Development Studies. The paper discusses the subject in both areas and the position of the Development in International Relations. In contribution to this task, we use the Agency x Structure debate, to help thinking about the role of the subject and human agency. We also count on Sociology and Psychology, which take part on one of the greatest efforts of this work: to fully understand the human agency. We also reflect on meta-theory and epistemology, inviting academy to transform International Relations Studies.

Key-words: 1. Subject; 2. Human agency; 3. International Relations; 4. Development; 5. Agency x Structure debate; 6. Epistemology.

Agradeço a Deus, por ter me ensinado a amar e a valorizar o próximo, sabendo que Ele fez cada pessoa à Sua imagem e semelhança e que ama profundamente a cada um dos que criou; a meus pais, que me ensinaram o valor da leitura e da educação; ao Davi, pelo apoio incondicional durante a pesquisa e escrita de cada linha; ao Prof. Rodrigo, pela orientação, disponibilidade e incentivo a olhar nos olhos cada ser humano.

Não aliamos Estados, unimos homens.

Jean Monnett

SUMÁRIO

1. Introdução.....	9
2. Relações Internacionais e Desenvolvimento: uma relação intrincada.....	11
2.1. <i>Natureza e evolução histórica do campo de estudo das Relações Internacionais e sua relação com os estudos para o Desenvolvimento.....</i>	11
2.2. <i>Uma abertura às questões do desenvolvimento nas Relações Internacionais: O Debate Inter paradigmático.....</i>	13
2.3. <i>Contribuições possíveis do campo do Desenvolvimento para as Relações Internacionais.....</i>	14
2.4. <i>Críticas à abordagem de Dickson das Relações Internacionais e Desenvolvimento.....</i>	16
2.5 <i>O Debate Agência x Estrutura nas Relações Internacionais e no Desenvolvimento.....</i>	17
2.5.1. <i>O Debate Agência x Estrutura nas Relações Internacionais.....</i>	17
2.5.2. <i>O Debate Agência x Estrutura no Desenvolvimento.....</i>	19
3. Desenvolvimento como liberdade de ser agente.....	22
3.1. <i>A abordagem de capacidades.....</i>	23
3.2. <i>Liberdade como meio e fim do desenvolvimento.....</i>	24
3.3. <i>Base informacional.....</i>	25
3.3.1. <i>Renda como base informacional</i>	26
3.3.2. <i>Satisfação pessoal como base informacional</i>	28
3.3.3. <i>Liberdades formais como base informacional</i>	28
3.3.4. <i>Capacidades como base informacional</i>	30
3.4. <i>Influência do desenvolvimento como liberdade nas Relações Internacionais.....</i>	30
4. Agência humana enquanto fenômeno psicossocial.....	32
4.1. <i>O foco na agência</i>	33
4.2. <i>Reflexividade e agência.....</i>	33
4.3. <i>Sujeito não unitário.....</i>	36
4.4. <i>Agência, mudança e desenvolvimento.....</i>	38

<i>4.5. Consequências de uma abordagem psicossocial do sujeito e da agência.....</i>	<i>39</i>
5. Considerações finais: o sujeito nas Relações Internacionais.....	41
Referências.....	45

1. Introdução

O presente trabalho teve origem a partir da seguinte pergunta: o que podem fazer os *policy makers* atuantes na área das Políticas Sociais – como Estado, Organizações Internacionais e Não Governamentais – para aumentar o poder de agência e autonomia dos indivíduos sobre seu próprio desenvolvimento? Essa questão, já antiga e muito abordada pela literatura, apesar de ainda bastante desafiadora, insere-se no campo de Estudos para o Desenvolvimento. Nesta área, interdisciplinar, a busca pelo desenvolvimento humano deve ser um processo relacionado não apenas ao crescimento econômico, mas também a melhorias em saúde, educação, nutrição (MIDGLEY, 2013) e, seguindo a linha de Amartya Sen, principalmente à construção de padrões de vida considerados dignos pelos próprios sujeitos (SEN, 2010).

Ao estudar a literatura relacionada ao desenvolvimento humano e social, percebeu-se um problema persistente, recorrente ao longo do tempo e do espaço - ou seja, presente em produções literárias de momentos e países diferentes. Esse problema está na maneira simplista pela qual se entende o sujeito do desenvolvimento, aquele cujo desenvolvimento é esperado.

De forma semelhante, percebeu-se uma dificuldade das Relações Internacionais enquanto disciplina teórica em tratar não apenas do sujeito, mas também do tema do Desenvolvimento. Este tema tem sido pouco abordado pelas RI em função da própria natureza divergente de ambos os campos, empasse que necessita ser superado em função da importância do tema no mundo contemporâneo. Quanto ao sujeito, a dificuldade em enxergá-lo revela-se em praticamente todos os temas estudados pelas RI, em função da valorização constante das interações sistêmicas e de forças impessoais que possam fornecer explicações gerais sobre os fenômenos internacionais.

Dessa forma, a presente pesquisa objetiva estudar a maneira como o sujeito (ou melhor, sujeitos) é entendido no campo das Relações Internacionais e do Desenvolvimento, buscando prover subsídios para um entendimento mais real e humanizado deste. Assim, faz parte dos objetivos do trabalho chamar a atenção para a necessidade de não simplificação do sujeito, considerando a complexidade humana ao estudar-se qualquer fenômeno. Dessa maneira, buscamos provocar uma reflexão sobre a necessidade de disciplinas mais inclusivas e mais capazes de apreender e

pensar a realidade das pessoas. Por fim, acreditamos que, ao buscar compreender a importância da subjetividade e da agência humana, torna-se possível a realização de estudos e políticas mais efetivos na busca pelo desenvolvimento humano.

2. Desenvolvimento e Relações Internacionais: uma relação intrincada

A questão do desenvolvimento tem sido pouco abordada nas Relações Internacionais. Para alguns autores, isso se dá pela própria natureza divergente das RI e dos estudos para o desenvolvimento como área do conhecimento. A primeira está tradicionalmente ligada ao estudo da Política Internacional, enquanto o desenvolvimento, de maneira muito simplificada, costuma ser associado a uma questão econômica. Logo, como a preocupação das RI tem estado na política, não houve muito espaço para se pesquisar o que se pensou como desenvolvimento econômico nacional.

Para analisar a relação entre os campos do conhecimento das Relações Internacionais e do Desenvolvimento, nos apoiaremos em Anna Dickson (1997), que tece críticas à negligência das RI quanto ao tema do Desenvolvimento. Dickson, porém, não oferece ou menciona subsídios para pensar o sujeito no desenvolvimento ou nas RI. Ela contribui para uma diversidade maior no pensamento das RI ao afirmar a necessidade de observar questões internas dos Estados ao tratar sobre o desenvolvimento, e não apenas buscar compreender o sistema internacional. Não se soma a isso, porém, uma contribuição para a visão do indivíduo no centro das Relações Internacionais e dos processos de desenvolvimento.

É necessário ter em mente, porém, que as RI não contêm nem poderiam contar o desenvolvimento. Esse fenômeno é potencialmente muito mais amplo do que o discurso de qualquer ciência social isolada, por ser multifacetado e por ser uma questão enfrentada por todas as sociedades (DICKSON, 1997). Seria desejável, porém, que as áreas tivessem um intercâmbio maior de conhecimento entre si.

2.1. Natureza e evolução histórica do campo de estudo das Relações Internacionais e sua relação com os estudos para o Desenvolvimento

Apesar das diferenças apontadas entre as áreas, elas possuem também pontos em comum, como a interdisciplinaridade. As RI têm buscado, desde o princípio, fundamentos no direito, filosofia, história, sociologia e teoria política, entre outros, sendo sua principal fonte e preocupação advinda da política. Entender esse foco na política é fundamental para compreender o distanciamento entre RI e desenvolvimento. Além dessa característica, é preciso considerar que as RI são uma

teoria ocidental e que reflete as preocupações de seus acadêmicos criadores, advindos principalmente dos Estados Unidos e Reino Unido, países desenvolvidos – e nem sempre dispostos a engajarem-se em discussões não iniciadas por eles (DICKSON, 1997).

Com o desenvolvimento da disciplina, as RI viveram seu primeiro grande debate paradigmático, entre as teorias Realista e Idealista. A primeira, predominante ao longo da história das Relações Internacionais, diminuiu o escopo das discussões no campo, por dificultar a inclusão de novos temas. Seu triunfo nas RI foi consolidado após a Segunda Guerra Mundial, e como consequência o foco das RI tornou-se a manutenção da segurança internacional e da soberania dos Estados (DICKSON, 1997).

Além disso, foi feita pelo Realismo uma distinção muito forte entre doméstico e internacional, com base na ausência ou presença da questão da soberania. A política internacional era então *high politics*, enquanto assuntos como desenvolvimento eram considerados *low politics* e estavam longe da preocupação das RI (DICKSON, 1997). Ademais, as RI fizeram uma diferenciação entre economia e política, apesar de os processos econômicos serem claramente importantes para a capacidade estatal. E o desenvolvimento era visto, nesse momento, como uma questão econômica¹.

O foco nas questões de segurança e poder foi reforçado com a Guerra Fria. É interessante notar que o conflito surgiu no momento em que os processos de descolonização aceleraram-se (DICKSON, 1997). Logo, a maneira como este último processo foi entendido e estudado teve grande influência dos estudos sobre este período histórico. Dessa forma, a preocupação com as ex-colônias e novos países também se dava do ponto de vista do poder. As questões formuladas referiam-se aos possíveis efeitos da perda de poder dos antigos colonizadores, transição pacífica de poder ou o estudo dos políticos que abriram caminho para a descolonização. Percebe-se que a história internacional foi escrita a partir das lentes das nações mais poderosas (DICKSON, 1997).

Assim, as preocupações com questões de desenvolvimento interno desses novos países foram praticamente inexistentes na disciplina na época. Os então

¹ Ver item 3.3.1.

chamados “países do terceiro mundo” não tinham grande poder de influência no sistema internacional da época, logo não eram o foco das RI. Em vez disso, tornaram-se uma questão de política externa das nações centrais, um *locus* onde o comunismo deveria ser contido. Os emergentes tornavam-se o centro da atenção das RI apenas quando representavam de alguma forma uma ameaça à segurança internacional, como no caso de Cuba e sua aliança com a União Soviética ou da Guerra do Vietnã (DICKSON, 1997).

2.2. *Uma abertura às questões do desenvolvimento nas Relações Internacionais: O Debate Inter paradigmático*

A partir dos anos 1980, com a ascensão do chamado “Debate Inter paradigmático” das RI, algum espaço passou a ser provido para as questões do desenvolvimento, mesmo que de forma limitada. Os três paradigmas em disputa seriam o realismo ou neorealismo; o liberalismo ou pluralismo; e o neo-marxismo. Os dois últimos têm desafiado um grande número de afirmações realistas, alterando o foco das RI (DICKSON, 1997).

O enfoque liberal ou pluralista, ao jogar luz sobre o transnacionalismo, passa a considerar novos atores além dos estados nacionais, mudando a natureza das relações internacionais de relações interestatais para um enfoque em múltiplos atores. Já ao trazer a perspectiva da interdependência, afirma que a intensificação das redes de comércio, investimento e tecnologia leva a uma maior vulnerabilidade e sensibilidade entre os atores (DICKSON, 1997). Com isso, as RI passam a enxergar-se como relacionadas a vínculos econômicos e não apenas à política internacional.

Já o paradigma Marxista tem tradicionalmente ocupado menos espaço nas RI do que os anteriores. Ele chegou a estar em voga no século XIX por conta de estudos sobre o imperialismo, mas não recebeu grande atenção das RI até a década de 1970. A tradição neo-Marxista, surgida na América Latina nos anos 1950, apresentou uma análise da economia capitalista mundial na qual há um centro industrializado e uma periferia subdesenvolvida. Ao incluir a periferia em sua análise, o paradigma acaba por ser mais “internacional” e inclusivo do que os outros paradigmas haviam sido (DICKSON, 1997).

Para Dickson, o campo de RI tem sido seletivo em seus recortes e maneiras de entender eventos; por isso, tem ignorado parte do sistema internacional que busca explicar, desconsiderando muitas vezes países emergentes e seus desafios, caso não se trate de questões políticas onde possuem um papel secundário, e que são estudadas por sua importância para as grandes potências. Segundo ela, a área deveria ser internacional em seu escopo também.

Pode-se dizer que a própria maneira pela qual a disciplina de RI foi e tem sido construída tornou-a hostil ao engajamento em questões do desenvolvimento, principalmente no mundo emergente. Nesse sentido, há uma certa inércia institucionalizada nas RI tradicionais, o que desencoraja a pesquisa sobre o desenvolvimento (DICKSON, 1997).

2.3. Contribuições possíveis do campo do Desenvolvimento para as Relações Internacionais

É interessante ainda pensar de que formas os campos das RI e do Desenvolvimento podem fortalecer um ao outro e outras questões epistemológicas. Ao pensar o desenvolvimento, faz-se necessária uma visão abrangente e consciente das diferenças culturais, econômicas e políticas entre os povos, algo familiar às RI. O desenvolvimento é um processo; não é o mesmo para todas as sociedades, nem em todos os períodos históricos. Diferentes ambientes culturais e temporais podem trazer diferentes resultados em desenvolvimento (DICKSON, 1997).

Outra questão importante sobre a natureza das RI é o fato de não ter sido concebida como uma disciplina normativa, ou seja, engajada em prescrever formas de conduta ou padrões morais (BARRY, 1981). Tradicionalmente, busca entender o mundo como ele é, devido a seu foco inicial positivista na observação científica e livre de valores. Conseqüentemente, questões como a distribuição de recursos entre Estados ou a extensão da pobreza no mundo não puderam ser propriamente abordadas (O'NEILL, 1993).

Já o estudo do desenvolvimento é claramente normativo e pode envolver elementos de escolha subjetiva. Um exemplo é a maneira pela qual o pesquisador decide o que constitui o desenvolvimento de uma forma positiva e significativa. Um exemplo é a questão discutida por antropólogos sobre o que seria melhor para o

desenvolvimento de sociedades tribais: deixá-las em seu estado tradicional ou levá-las ao que conhecemos como civilização (DICKSON, 1997).

É necessário compreender que a teoria é constitutiva da realidade que busca explicar. Qualquer teoria deve ser consciente dos interesses que representa e dos que exclui (DICKSON, 1997). Isso requer capacidade de autorreflexão; não se pode entender o mundo social de uma forma objetiva e livre de valores.

Por isso, a disciplina de RI não precisa eximir-se de responsabilidade moral por tentar ser livre de valores e mais científica. Não é preciso negar que há questões morais nas RI, mesmo levando em conta noções de soberania e não-intervenção ao falar de justiça internacional ou responsabilidade global (DICKSON, 1997). Um elemento normativo iria, de forma geral, argumentar que tanto comunidades políticas quanto a humanidade como um todo teriam a obrigação - derivada de inúmeras fontes - de agir diante do conhecimento da existência da pobreza evitável e espalhada pelo mundo (DICKSON, 1997).

A questão do desenvolvimento contribuiria ainda para formar uma abordagem mais holística e focada no global nas RI, cujo foco está em toda a humanidade, e não apenas uma pequena, poderosa e rica parte (DICKSON, 1997). A ideia de desenvolvimento nacional está ligada ao contexto global, já que é impossível isolar totalmente um país em particular do sistema internacional e assim entender sua economia, política e sociedade, sem nenhuma referência ao ambiente global – contemporâneo ou histórico. Além disso, todos atualmente preocupam-se com questões de crescimento econômico, taxas de emprego e saídas para crises econômicas, e não apenas os países emergentes (DICKSON, 1997).

Para que seja possível incorporar a questão do desenvolvimento nas RI, é necessária também uma visão que reconheça a interação entre o econômico, o político e o social. É preciso abordar a questão de forma a lançar um olhar sobre questões de mudança e transformação no contexto global, mas com a devida atenção à especificidade das diferentes sociedades e culturas. Além disso, o estudo do desenvolvimento nas RI não deve ser o do desenvolvimento nacional nem a soma de diferentes desenvolvimentos nacionais, mas deve haver uma preocupação de alguma forma global (DICKSON, 1997).

É interessante ainda notar a presença do Debate Agência x Estrutura, já citado aqui, na questão do desenvolvimento nas RI: as relações entre o sistema e suas unidades são relevantes. Nesse sentido, é útil pensar de que forma as unidades poderiam mudar o sistema e de que maneiras o sistema determinaria a até que ponto essa mudança poderia se estender (DICKSON, 1997). Assim, Dower (1994) provê uma importante contribuição ao falar sobre essas unidades. Ele afirma que não há razão para que a unidade do pensamento sobre o desenvolvimento deva ser o Estado-Nação, mas há toda a razão em se reconhecer uma grande variedade de unidades ou níveis de pensamento sobre o desenvolvimento, desde comunidades até indivíduos.

Para Dickson, o desafio é desenvolver abordagens que possam explicar a crescente diversidade existente. Essas deveriam apontar maneiras de extrair princípios gerais úteis e incorporar a multitude de opções abertas às diferentes unidades – mesmo dentro de uma economia mundial capitalista e globalizada – em qualquer nova análise ou política.

2.4. Críticas à abordagem de Dickson das Relações Internacionais e Desenvolvimento

Anna Dickson faz uma excelente crítica ao advogar pela a inclusão do desenvolvimento em RI, mas não se atenta ao sujeito². Ela fala da abordagem de Sen, que coloca as pessoas no centro, e tece elogios a ele por isso; mas ao tratar da relação entre desenvolvimento e as RI, sua visão está totalmente centrada no sistema internacional e nos Estados. Quando busca uma abordagem diferenciada, advoga pela atenção à diversidade dos Estados, principalmente os chamados emergentes, para que não sejam considerados todos iguais em características e também para que não se caia na tentação de prescrever fórmulas prontas de desenvolvimento a todos, sem considerar suas particularidades.

Pode-se dizer que, assim como este trabalho advoga para que seja destinada maior atenção ao sujeito nas Relações Internacionais, como tem sido feito nos estudos para o desenvolvimento, Dickson advoga para que seja dada maior atenção às particularidades dos Estados nas Relações Internacionais. É um grande passo em

² Considera-se aqui o sujeito como sinônimo de “pessoa” - apesar de o termo “sujeito”, como aqui exposto, trazer uma carga de influência mútua das estruturas e influência de questões internas psíquicas e psicossociais, como veremos nos capítulos seguintes.

direção a um ganho de reflexividade e inclusão no campo de estudo das RI, se considerarmos a supremacia das discussões sobre o sistema internacional em detrimento dos Estados e do sujeito nas RI. Porém, Dickson ainda deixa uma grande lacuna ao negligenciar totalmente o sujeito da mesma forma como afirma fazerem as RI com o desenvolvimento.

2.5. O Debate Agência x Estrutura nas Relações Internacionais e no Desenvolvimento

O questionamento anteriormente apresentado sobre a centralidade do sujeito ou de uma estrutura como o Sistema Internacional nas RI pode ser visto sob a ótica do debate Agência x Estrutura, marcado por Anthony Giddens com sua Teoria da Estruturação (1986) na área da Sociologia, mas influente em todo o campo das Ciências Humanas. Giddens oferece a teoria da estruturação como forma de transcender o dualismo agente e estrutura. Dessa perspectiva, as estruturas não teriam existência independente dos agentes, os agentes as reproduziriam em ação (GIDDENS, 1989).

Segundo o autor, o objetivo é por fim ao que chama de “imperialismo do sujeito x imperialismo da sociedade”, uma discussão onde quase sempre busca-se defender a primazia de um ou outro elemento. Apesar de Giddens ser um dos autores mais famosos a tratar do debate, há muitas outras visões sobre este além da Teoria da Estruturação, e a maioria, diferentemente deste, sequer tenta equilibrar o papel de agentes e estruturas, buscando provar a primazia de um ou outro – as RI têm, majoritariamente, seguido este caminho.

Da mesma forma que com as RI, a discussão do debate Agência x Estrutura tem sido muito utilizada para se pensar o papel do sujeito nos estudos para o Desenvolvimento. Veremos a seguir algumas aplicações do debate em ambos os campos.

2.5.1. Agência x Estrutura no campo das Relações Internacionais

Segundo Colin Wight (2007), o debate Agência x Estrutura demorou a ser articulado nas RI, em comparação a outras ciências sociais. O campo de estudo, porém, passou a enfrentar o debate por conta da questão dos níveis de análise. Apesar desta demora em reconhecer a presença do debate, o autor afirma que este

pode ser visto em toda a produção acadêmica das RI. Isso porque a explicação de fenômenos internacionais sempre estará dividida entre a responsabilização de agentes, por um lado, ou estruturas, por outro, a depender da teoria escolhida.

A fim de entender como se apresenta a questão nas RI, é interessante observar como diferentes autores enxergam a primazia da estrutura ou do agente nas RI. Para Edward Carr, as estruturas são predominantes na definição de caminhos nas relações internacionais. Em Carr, os indivíduos são produtos históricos e sociais, e ele não acredita que a história possa ser escrita em termos de grandes indivíduos. Por outro lado, o autor afirma não acreditar que as ações individuais sejam diretamente determinadas por forças externas. Ainda assim, acaba caindo no determinismo estrutural. Para ele, existiram grandes homens influentes, que, porém, representavam forças existentes na sua época (WIGHT, 2007).

Já Kenneth Waltz representa um exemplo melhor de visão estruturalista nas RI. Ele entende as estruturas - principalmente na figura do Sistema Internacional - como tendo papel fundamental na explicação dos resultados internacionais. Acredita ainda que o estudo da interação entre as partes não seja suficiente para entender os fenômenos, mas sim reducionista. Wallerstein também é apontado como um autor de tendência estruturalista, tendo, porém, o sistema capitalista como principal estrutura (WIGHT, 2007).

Nas Relações Internacionais, são muitos os atores que utilizam abordagens estruturalistas, em comparação àqueles que utilizam abordagens focadas em agentes ou indivíduos. Um dos melhores exemplos de autor focado no agente está em Hans Morgenthau. Morgenthau tem seu foco na natureza humana como explicação dos resultados das relações internacionais. O autor, porém, é demasiadamente reducionista e chega a ver a causa dos fenômenos políticos na biologia. Para ele, só se entende o comportamento do estado em função de causas biológicas (WIGHT, 2007). Isso tornaria a disciplina das RI redundantes, já que as causas poderiam ser encontradas na natureza humana.

Apesar do foco no sujeito, essa visão reducionista está longe de ser o objetivo do estudo em questão. O que se requer é, tão somente, um entendimento mais equilibrado sobre o papel de agentes e estruturas, ou sujeitos e sistemas.

2.5.2. Agência x Estrutura no campo do Desenvolvimento

Ao estudar a literatura relacionada ao Desenvolvimento Humano e Social, consultando ainda as áreas das Políticas Públicas e Políticas Sociais, percebeu-se um problema persistente, recorrente ao longo do tempo e do espaço - ou seja, presente em produções literárias de momentos e países diferentes. Esse problema está na maneira simplista pela qual se entende o sujeito do desenvolvimento, aquele cujo desenvolvimento é desejado. Tal questão pode ser vista sob a ótica do debate Agência x Estrutura.

A dicotomia trazida por esse debate ilustra a tensão existente entre duas visões opostas e muito comuns (para não dizer dominantes) sobre os sujeitos de políticas para o desenvolvimento. É o que Williams e Popay chamam de “dicotomia sujeito-sistema” (1999, p.157) – ou poderíamos dizer aqui “dicotomia agente x estrutura”.

De um lado, estão aqueles os quais veem o sujeito como alguém frágil e sem recursos físicos e mentais para lutar contra a pobreza e demais privações³ pelas quais passa, além de necessariamente bom moralmente e em busca de uma mudança de vida. Os mesmos culpam pela situação de privação o Estado, a sociedade ou o sistema econômico capitalista – a “estrutura” (HOGGETT, 2001).

Do outro lado, estão aqueles os quais veem o sujeito em privação como o único culpado por sua situação, em razão da valorização de uma vida ociosa, escolhendo viver sem trabalho e/ou recebendo benefícios governamentais. Para estes, cada indivíduo tem o dever de ser “agente” em sua própria vida sem depender de qualquer estrutura ou política pública (HOGGETT, 2001).

O centro desta discussão tem sido o Reino Unido, onde, desde a década de 1990, um grande debate acerca de uma possível reforma no *Welfare System* nacional tem dividido a academia e a sociedade. Ao assumir o cargo de Primeiro-Ministro em 1997, Tony Blair, representando o Labor Party, prometeu engajar-se em uma reformulação do sistema⁴. Tal reformulação teve como principal ato a criação do programa *New Deal* – que instituiu contrapartidas para o recebimento de benefícios e

³ A definição de “privação” conforme consideramos neste trabalho, baseada em Amartya Sen, será apresentada posteriormente.

⁴ O projeto de Blair ficou conhecido como “*Third way*”, pela tentativa de apresentar um meio termo entre as duas visões anteriormente apresentadas (HALE *et al*, 2004).

exigia participação de jovens em cursos de formação ou voluntariados. O motivo seria a existência de uma “cultura de dependência” dos cidadãos quanto aos benefícios estatais, tornando-os insustentáveis aos cofres públicos (HALE *et al*, 2004).

A decisão inflamou debates na mídia e na sociedade, protagonizados pelas duas visões anteriormente apresentadas. Na academia, o foco passou a estar na questão da dependência em vez de pobreza e desigualdade. A preocupação principal passou a estar em mudar o comportamento das pessoas, em vez da distribuição de recursos⁵. Em suma, o foco passou da estrutura para a agência. Além disso, a contribuição de sociólogos ao debate alertou para o fato de que, com as transformações na constituição da sociedade e das famílias atuais - mais fluidas e sujeitas a mudanças - modelos unitários e racionais não seria capazes de atender às necessidades de desenvolvimento (DEACON e MANN, 1999).

Aproximadamente vinte anos após o início das discussões⁶, é consenso entre os britânicos o fracasso do projeto de reforma, tendo o tamanho e os gastos do *Welfare* sido ampliados (BBC, 2015). As discussões na academia e na sociedade, porém, continuam, bem como novos projetos de reformulação do sistema.

De forma semelhante, os Estados Unidos e o Brasil, entre outros países, passaram por debates sobre a condução de políticas para o desenvolvimento. Nos Estados Unidos, foi implantado no governo do democrata Bill Clinton (1993-2001) o *Workfare*. O programa tinha como objetivo diminuir a quantidade de família receptoras de benefícios governamentais, por meio da obrigatoriedade da participação em cursos de formação para o recebimento daqueles. Havia ainda outras regras, como o cumprimento de contrapartidas para o recebimento de seguro-desemprego e a limitação do tempo de participação no *Workfare* (ILO, 2001). Apesar de ter influenciado o *New Deal* britânico, o *Workfare* logrou maior sucesso do que o *New Deal* de Blair.

⁵ Segundo, Deacon e Mann (1999), esta mudança representou uma quebra na tradição inglesa, influenciada pela experiência e por teóricos norte-americanos, além da contribuição de áreas como a Sociologia.

⁶ O texto refere-se ao início das discussões na mídia e sociedade britânica. Na academia, identifica-se como primeira aplicação do debate Agência x Estrutura na área das políticas sociais e para o desenvolvimento o trabalho de Janet Finch (1989), que colocava os sujeitos como agentes criativos, agindo, negociando e administrando suas próprias estratégias de desenvolvimento, não podendo ser constrangidos por estruturas. Além disso, outros países já haviam enfrentado a discussão na sociedade, como os Estados Unidos, mencionados ainda nesta sessão.

No Brasil, as discussões começaram com a criação de programas como o Bolsa escola e o auxílio-gás, no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), e intensificaram-se com sua unificação no Bolsa Família, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010). Apesar de o debate ter apresentado polarização semelhante à britânica, percebe-se um arrefecimento das discussões e apoio majoritário da população ao programa, além de consenso político sobre sua continuação entre os mais diversos partidos políticos do país (CASTRO *et al*, 2009).

Interessante à nossa discussão é perceber a necessidade de uma visão sensível à diversidade e contradição da experiência humana. Para isso, é preciso que os gestores públicos e acadêmicos neguem um pouco de atenção a si mesmos e aos recursos que podem oferecer contra a pobreza e demais privações e voltem-se aos sujeitos e às características da agência humana.

Quanto a esta posição do sujeito, George Simmel (1939) fala sobre a “eliminação do pobre”, referindo-se à sua invisibilidade em relação aos tomadores de decisão das políticas públicas que os afetam. Ainda hoje, a maioria das medidas que visam combater a dependência e a pobreza são baseadas em dados estatísticos, quantitativos ou macroeconômicos. Aquele que passa por situação de privação é considerado mero objeto de políticas públicas, não sujeito da política, o que representa uma perda de autonomia.

Nesse sentido, Boltanski (2010) alerta sobre o perigo de uma atitude paternalista do pesquisador, que ocorre quando este considera-se detentor de um acesso privilegiado à verdade, negando legitimidade ou valor às visões das pessoas que estudam. Um melhor entendimento das possibilidades de desenvolvimento abertas pela agência humana certamente traria mais consciência aos pesquisadores sobre a capacidade de cada sujeito.

3. Desenvolvimento como liberdade de ser agente

A discussão que este trabalho pretende trazer está ligada ao objetivo de alcançar o desenvolvimento. Um dos resultados esperados ao buscar alternativas teóricas é, como já diz seu título, conceber melhores condições metodológicas e epistemológicas para traçar caminhos para o desenvolvimento.

Neste sentido, faz-se necessário expor os conceitos de agente, desenvolvimento e o arcabouço teórico que permeia esta discussão. Estes condizem com a visão de que a condição de agente dos indivíduos é central, mesmo que possa não ser suficiente, para combater privações como a pobreza e o subdesenvolvimento.

Este trabalho baseia-se na abordagem de desenvolvimento de Amartya Sen (1999). Sen fala sobre o desenvolvimento como um processo de expansão de liberdades, resultando em liberdade para que cada pessoa possa escolher viver como valoriza. Ou seja, as pessoas devem ser protagonistas de suas vidas, assumindo papel de agentes ativos de mudança e de sujeitos em vez de simples objetos do desenvolvimento (SEN, 1999).

Dessa forma, o desenvolvimento pode ser definido⁷ como “a eliminação de privações de liberdade⁸ que limitam as escolhas e as oportunidades das pessoas de exercer ponderadamente sua condição de agente” (SEN, p.10, 1999). Recorreremos igualmente a Sen para definir o que consideramos ser a “condição de agente”:

O agente às vezes é empregado na literatura sobre economia e teoria dos jogos em referência a uma pessoa que está agindo em nome de outra (talvez sendo acionada por um “mandante”), e cujas realizações devem ser avaliadas à luz dos objetivos da outra pessoa (o mandante). Estou usando o termo *agente* não nesse sentido, mas em sua acepção mais antiga – e “mais grandiosa” – de alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus

⁷ Não há uma definição fechada para desenvolvimento nas obras de Sen. Porém, é possível compreender e replicar o sentido do termo a partir de sua aplicação teórica.

⁸ Para Sen, as principais fontes de privação de liberdades são “pobreza e tirania, carência de oportunidades econômicas e destituição social sistemática, negligência dos serviços públicos e intolerância ou interferência excessiva de Estados repressivos” (p. 18, 1999). Muitas vezes a ausência de liberdades substantivas relaciona-se diretamente com a pobreza econômica, que rouba das pessoas a liberdade de saciar as necessidades básicas. Em outros casos, a privação da liberdade vincula-se estreitamente à carência de serviços públicos e assistência social. Ou ainda, a violação da liberdade resulta diretamente de uma negação de liberdades políticas e civis por regimes autoritários e de restrições impostas à liberdade de participar da vida social, política e econômica da comunidade.

próprios valores e objetivos, independentemente de as avaliarmos ou não também segundo algum critério externo (SEN, 1999, p.33).

É muito importante o papel exercido por essa condição de agente do indivíduo como membro do público e como participante de ações políticas, econômicas e sociais – participando do mercado e envolvendo-se, direta ou indiretamente, de forma individual ou coletiva, nas esferas política e social, entre outras.

A definição de conceitos exposta é de suma importância para este trabalho, mas não é suficiente. Por tratar-se de uma abordagem teórica complexa esta que nos dá suporte, será necessária uma análise mais apurada de seus pontos principais.

3.1. A abordagem de capacidades

O entendimento de desenvolvimento em Amartya Sen é baseado em seu chamado enfoque de capacidades. Segundo este, a vida humana é um conjunto de atividades ou modos de ser, denominados funcionamentos (no original em inglês, *functionings*). Este conceito, de funcionamentos, refere-se às inúmeras coisas que uma pessoa pode considerar valioso fazer ou ter. Os funcionamentos tidos como valiosos podem variar dos mais básicos, como ter nutrição adequada ou ser livre de doenças evitáveis, até atividades ou estados pessoais mais complexos, como a possibilidade de participar da vida em comunidade e possuir respeito próprio (SEN, 1989).

Argumentar que combinações de vários funcionamentos diferentes são elementos constitutivos da vida equivale a conceber a pessoa como ativa e não passiva – ressalvando-se aqui que uma pessoa não precisará colocar-se em posição de agente a todo momento para lograr desenvolver-se. A qualidade de vida de uma pessoa é, portanto, mensurada de acordo com os funcionamentos realizados e com sua capacidade de realizá-los, ou de desempenhar funções (SEN, 1989).

Nesse momento, é importante ressaltar a distinção entre funcionamentos e capacidades (no original em inglês, *capabilities*). Uma efetivação é uma conquista de uma pessoa: é o que ela consegue fazer ou ser e qualquer um desses funcionamentos é parte constitutiva dessa pessoa. Já a capacidade de uma pessoa é uma noção derivada. Ela reflete as várias combinações de funcionamentos (atividades realizadas e modos de ser vividos) que esta pode alcançar (SEN, 1999).

A capacidade de uma pessoa consiste nas várias combinações de funcionamentos cuja realização é possível para ela. Logo, a capacidade é um tipo de liberdade: a liberdade substantiva⁹ de realizar diferentes combinações de funcionamentos – ou, posto de forma mais simples, a liberdade para levar os mais diversos estilos de vida (SEN, 1999).

Um exemplo útil na distinção entre funcionamentos e capacidades é a diferença entre uma pessoa rica a qual faz jejum e outra em situação de miséria. Esta última não se alimenta por não ter condições financeiras de comprar o alimento, enquanto a primeira não se alimenta por uma escolha pessoal. Ambas acabam por ter, naquele momento, a mesma realização de funcionamento - não se alimentar. Porém, seu conjunto de capacidades é muito diferente - a primeira pode escolher alimentar-se e ser bem nutrida, ao passo que a segunda, não (SEN, 1999).

3.2. Liberdade como meio e fim do desenvolvimento

Por meio do exemplo exposto, mesmo que extremamente simplificado, percebemos que a liberdade é intrinsecamente importante. As combinações disponíveis à escolha são, todas elas, relevantes para se avaliar a qualidade de vida de uma pessoa, mesmo que ela escolha apenas uma alternativa. Desse modo, a escolha é, em si mesma, uma característica valiosa da vida de uma pessoa.

De maneira diferente, se entendêssemos a liberdade como apenas instrumentalmente importante, o interesse no conjunto de capacidades resumir-se-ia ao fato de que oferece à pessoa oportunidades para alcançar diversas situações desejáveis. Apenas as situações alcançadas – os funcionamentos - seriam valiosas em si mesmas, e não as oportunidades, que seriam valorizadas apenas como meios relacionados ao fim de alcançar as tais situações (SEN, 1989).

Há um grande contraste entre as concepções que atribuem um valor intrínseco ou instrumental à liberdade – ou, podemos igualmente dizer, entre as concepções que enxergam a liberdade como um fim conquistado pelo desenvolvimento ou como um

⁹ “As liberdades substantivas [no original em inglês, *freedoms*] incluem, entre outras, capacidades elementares como estar livre da fome crônica, da subnutrição, da morbidez evitável e da morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler, escrever e contar, ter participação política, liberdade de expressão etc” (SEN, 1999, p.76).

meio para alcançar o desenvolvimento. Ambas as perspectivas, porém, estão presentes no enfoque da capacidade (SEN, 1989). Para entender claramente esse contraste, deve-se notar que se todas as alternativas que não a escolhida não estivessem disponíveis, haveria uma perda real da liberdade como valor intrínseco – a liberdade de escolher-, mas não da liberdade em seu valor instrumental, pois a alternativa escolhida permaneceria disponível (SEN, 1989).

Percebe-se ser mais difícil aplicar de forma prática a perspectiva do valor intrínseco que a do valor instrumental, pois em geral nos concentramos em observar o que foi escolhido e realizado. Pensar no que poderia ter sido escolhido, por sua própria natureza, é mais complicado - o que envolve, ainda, suposições sobre as restrições com as quais a pessoa se defronta. Os limites de cálculos desse tipo são postos pela limitação de informações disponíveis, e isso torna particularmente difícil a representação dos conjuntos completos de capacidades, por oposição à representação dos conjuntos de capacidades a partir da realização observada de funcionamentos (SEN, 1989).

Não há perda real na utilização do enfoque da capacidade nessa forma reduzida no caso de se adotar a perspectiva instrumental da liberdade, mas há perda caso se adote a perspectiva do valor intrínseco. Para esta última, uma representação do conjunto das capacidades enquanto tal é importante (SEN, 1989). Acreditamos, porém, que a melhor utilização do enfoque da capacidade, e a mais apropriada à nossa visão de desenvolvimento leva em conta tanto a liberdade como meio e a liberdade como fim do desenvolvimento.

3.3. Base informacional

Para melhor compreender o enfoque das capacidades e seu diferencial em relação a enfoques mais tradicionais e mais comuns sobre o desenvolvimento, é necessário lançar um olhar sobre sua base informacional. A base informacional refere-se a que informações são consideradas diretamente relevantes e que informações são, deliberadamente ou não, excluídas ao se fazer juízos de valor utilizando a abordagem. De forma mais simples, a base informacional diz respeito aos indicadores utilizados.

Defendemos aqui que a base informacional da abordagem de capacidades fornece subsídios para uma avaliação muito mais refinada da qualidade de vida e do progresso econômico e mais sensível à complexidade humana do que outras alternativas muito comuns, como o enfoque na renda e na posse de mercadorias, o foco utilitarista na satisfação mental ou a preocupação libertária com meios formais para a liberdade. Analisaremos a seguir cada uma dessas bases informacionais a fim de demonstrar suas diferenças em relação à abordagem de Sen e expor a razão por que se escolheu esta última como a mais adequada.

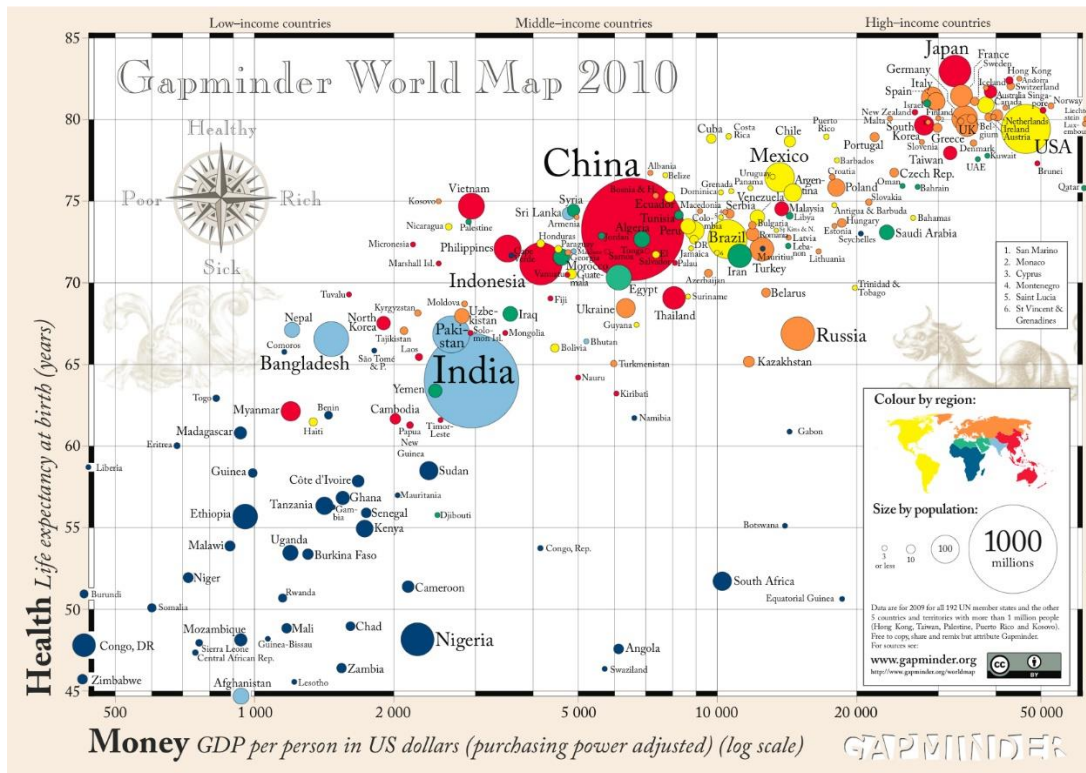
3.3.1. Renda como base informacional

Quanto à questão da renda, são muito comuns os indicadores e avaliações criados com base na riqueza – como o Produto Interno Bruto, renda per capita etc. Não objetivamos aqui negar o fato de que um baixo nível de renda pode estar fortemente ligado à privação de capacidades individuais, inclusive de uma forma dupla: o baixo nível de renda pode ser uma das principais razões por trás de o privações como o analfabetismo e a subnutrição; e, de maneira inversa, melhor educação e nutrição adequada podem ajudar uma pessoa a obter renda mais elevada (SEN, 1999).

Porém, a ampla prevalência do aumento da renda real e do crescimento econômico como critérios do desenvolvimento exitoso não faz sentido quando se percebe que a prosperidade econômica não se relaciona de forma tão próxima — numa correspondência aproximada de um para um — ao enriquecimento da vida das pessoas (SEN, 1989). Países com altos PIBs per capita podem apresentar índices inesperadamente baixos de qualidade de vida, como alta taxa de analfabetismo, mortalidade prematura para a maioria da população, altas taxas de subnutrição e assim por diante. Mais do que isso, um aumento do PIB per capita significa melhora da situação da estrutura econômica do país, mas não necessariamente significará uma melhora na capacidade de agência de todos os seus habitantes.

Para ilustrar o problema, o quadro 1 apresenta o PIB per capita de vários países e suas respectivas expectativas de vida ao nascer.

Figura 1 – Gráfico de Expectativa de vida x PIB per capita



Fonte: Site de Stephen Hicks¹⁰.

Percebe-se aqui que um país pode ser muito rico em termos econômicos convencionais (ou seja, em termos do valor alcançado pela produção de mercadorias per capita) e, ainda assim, ser muito pobre na qualidade de vida dos seus habitantes. A África do Sul, que dispõe de um PIB per capita três ou quatro vezes maior que os do Nicarágua ou do Vietnã, tem uma expectativa de vida muito menor. A mesma observação aplica-se a vários outros países, utilizando-se vários outros indicadores.

Podemos então concluir duas questões diferentes a partir dessa observação. A primeira é que a prosperidade econômica é apenas um dos meios necessários de enriquecer a vida das pessoas. Logo, ela não deve ser considerada o principal objetivo a ser alcançado. A segunda é que, mesmo como um meio, o simples aumento da riqueza econômica pode ser ineficaz na obtenção de fins realmente valiosos.

¹⁰ Disponível em: < <http://www.stephenhicks.org/2011/11/24/thankfu-wealth-and-life-expectancy/>>. Acesso em: 02 nov 2015.

3.3.2. Satisfação pessoal como base informacional

O enfoque da capacidade pode ser contrastado não somente com sistemas de avaliação baseadas na renda ou em mercadorias, mas também com avaliações baseadas em um critério de utilidade. A noção utilitarista de valor, que aparece de forma explícita ou implícita em ciências que estudam o desenvolvimento - como a economia do bem-estar – entende que há valor apenas na utilidade individual, que se refere a uma condição mental como o prazer, a felicidade, a satisfação dos desejos (SEN, 1989). Essa perspectiva, apesar de ter méritos como considerar a subjetividade dos indivíduos, pode ter um viés.

Esta visão pode ser incapaz de refletir a real privação de uma pessoa. Em muitos casos, pessoas que levam uma vida muito pobre parecem satisfeitas com suas condições, por não reclamarem ou mesmo desejarem em seu íntimo viver um outro tipo de vida. Estas pessoas não estão mal em termos de utilidade medida pelo seu estado mental, já que aceitam sua situação com silenciosa resignação. Em situações de privação por longos períodos, as pessoas não persistem em queixas contínuas e comumente fazem grandes esforços para encontrar prazer nas mínimas coisas e reduzir seus desejos pessoais a proporções muito modestas, vistas como “realistas”, evitando frustrações (SEN, 1989).

Por esta razão, deve-se ter em mente que a abordagem de Sen, mesmo afirmando que uma das principais características do desenvolvimento exitoso de uma pessoa é que ela possa viver a vida da maneira como valoriza, considera que a privação de uma pessoa pode não ser captada por escalas de prazer ou autorrealização. Este é o caso quando ela, mesmo estando satisfeita com sua vida, não consegue alimentar-se adequadamente, vestir-se decentemente, ser minimamente educada etc (SEN, 1999).

3.3.3. Liberdades formais como base informacional

Esta visão é baseada na teoria de justiça de John Rawls, especificamente no elemento denominado “a prioridade da liberdade formal¹¹”. Segundo este

¹¹ Liberdades formais (no original em inglês, *liberties*) são os chamados direitos individuais, “a liberdade que cada um tem de não ser tolhido no exercício de suas faculdades ou de seus direitos, exceto nos

pensamento, influente nas teorias liberais e libertárias, algumas classes de direitos – de liberdades formais a direitos de propriedade¹² – têm precedência quase total sobre a promoção de objetivos sociais (o que inclui a eliminação da privação de liberdades substantivas e da pobreza). Esses direitos não podem ser de forma alguma violados, nem os procedimentos planejados para garanti-los, independentemente de suas consequências (SEN, 1999).

Dessa forma, caso um desses procedimentos seja incompatível com a busca na sociedade por bem-estar ou igualdade de resultados e oportunidades, deve-se priorizá-lo em detrimento de qualquer outro tipo de resultado desejável. Nessa formulação, portanto, não é dada uma importância maior aos direitos defendidos em comparação a outros, mas sim uma prioridade absoluta (SEN, 1999).

A crítica destinada a essa abordagem está na constatação da importância de outras considerações, como as necessidades econômicas. Quando intensas, estas podem ser questões de vida ou morte; logo, torna-se difícil entendê-las como inferiores em importância em relação a liberdades formais pessoais (SEN, 1999). Em contextos de grandes privações, como países extremamente pobres, é no mínimo inadequado que as preocupações com as necessidades econômicas sejam negligenciadas pela atenção às liberdades formais - que devem, é claro, ser garantidas em quaisquer circunstâncias.

Sen (1981) demonstra ser possível que até mesmo grandes situações de fomes coletivas possam ocorrer sem que direitos libertários - até mesmo direitos de propriedade - de quaisquer pessoas sejam violados. O Libertarismo é, com frequência, apontado por defender apenas uma igualdade formal de oportunidades (ou seja, a garantia de que existirão os meios que possibilitam a liberdade), sem, no entanto, preocupar-se se estas resultarão em oportunidades reais.

casos em que a lei o determina” (SEN, 1999, p.75). Sem também as determina “liberdades processuais”, enfatizando o quanto essa abordagem valoriza os procedimentos ou meios que tornam possível a liberdade.

¹² Rawls, tido como liberal, é moderado em sua formulação e considera como esses direitos apenas algumas liberdades formais pessoais, como direitos políticos e civis básicos. Já autores libertários, como Robert Nozick, consideram uma gama muito mais ampla de liberdades formais como prioritárias (SEN, 1999).

3.3.4. Capacidades como base informacional

No caso da abordagem de capacidades, a base informacional está nas capacidades – as liberdades substantivas – para poder escolher viver uma vida que se tem razão para valorizar (SEN, 1999). Logo, avalia-se o desenvolvimento logrado por uma pessoa com base em suas capacidades. Ademais, consideram-se como privações nessa abordagem necessidades intrinsecamente importantes para a vida humana.

Essa concepção do processo de desenvolvimento centrada na liberdade é em grande medida uma visão orientada para o agente. Com oportunidades sociais adequadas, os indivíduos podem efetivamente moldar seu próprio destino e ajudar uns aos outros. Eles não precisam ser vistos sobretudo como beneficiários passivos de engenhosos programas de desenvolvimento. Existe, de fato, uma sólida base para reconhecermos o papel positivo da condição de agente livre e sustentável.

3.4. Influência do desenvolvimento como liberdade nas Relações Internacionais

A abordagem de capacidades de Amartya Sen - e sobretudo seu entendimento de que a pobreza é algo muito mais complexo do que a simples insuficiência de renda - exerceram grande influência sobre Organizações Internacionais ocupadas com a questão do desenvolvimento, como a Organização das Nações Unidas (ONU) e o Banco Mundial (TIME, 2010).

Sen teve grande influência sobre os trabalhos do Banco Mundial em combate à pobreza. Isso se refletiu em vários *World Development Reports*, relatórios anuais sobre questões em voga na área do desenvolvimento, principalmente a partir do início dos anos 90.

Nas Nações Unidas, a consequência mais marcante da influência de Sen talvez tenha sido a criação do índice de Desenvolvimento Humano (IDH), pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), em 1990. A criação do novo índice refletiu o reconhecimento da necessidade de uma forma mais completa de medição do desenvolvimento e com maior foco nas pessoas. O índice vai além de medições

puramente focadas na renda ao procurar enfatizar as condições necessárias para se aumentar as possibilidades de escolha das pessoas.

O IDH identifica três componentes como principais ao bem-estar; uma vez que as pessoas tenham acesso a eles, estarão mais aptas a realizar escolhas secundárias. O IDH é, portanto, composto por três indicadores: expectativa de vida, taxa de alfabetização e poder de compra (DICKSON, 1997). Por meio desses três indicadores, o IDH demonstra foco na questão da qualidade de vida e saúde, educação e condições de empregabilidade, e renda por meio de um indicador mais sofisticado que o de renda per capita.

Outra grande iniciativa da ONU na qual a influência da abordagem de Sen pode ser percebida é a criação dos Objetivos do Milênio (ODM), adotados na Conferência do Milênio das Nações Unidas, em 2000 (MIDGLEY, 2013). Os ODM são metas de desenvolvimento estipuladas com base no IDH, as quais deveriam ser satisfeitas até o ano de 2015. Os ODM são oito, a saber: redução da pobreza; garantia de ensino básico universal; igualdade entre os sexos e autonomia das mulheres; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate ao HIV/AIDS, à malária e a outras doenças; garantia da sustentabilidade ambiental; e estabelecimento de uma parceria mundial para o desenvolvimento (PNUD, 2015).

4. Agência humana enquanto fenômeno psicossocial: complexificando a agência.

Como visto anteriormente, consideramos agente “alguém que age e ocasiona mudança e cujas realizações podem ser julgadas de acordo com seus próprios valores e objetivos” (SEN, 1999, p.33). Entretanto, a questão da agência humana é, como o próprio desenvolvimento, multifacetada. Além de entender o processo pelo qual capacidades resultam e são em si mesmas agência e desenvolvimento, é necessário também compreender a agência humana enquanto fenômeno de múltiplas características.

Sen admite a existência de muitas ambiguidades no quadro conceitual do enfoque da capacidade. Isso porque, segundo ele, “a natureza da vida humana e o conteúdo da liberdade humana são conceitos problemáticos” (SEN, 1989, p.5). Logo, as demonstrações e exemplos anteriormente oferecidos como forma de explicar o enfoque das capacidades no processo de desenvolvimento podem acontecer de diversas maneiras ou simplesmente não acontecer, influenciados pela diversidade da natureza humana, e não apenas pelas estruturas econômicas, políticas e sociais. Sen (1989) defende a necessidade de se admitir e reconhecer as dificuldades teóricas em vez de tentar negar sua existência.

Nesse sentido, acreditamos ser necessário lançar um olhar à influência da natureza humana no “ser agente”, considerando a diversidade possível em nos sujeitos em vez de tê-los como iguais. A abordagem do desenvolvimento como liberdade de escolher viver a vida como se tem razão para valorizar pode sofrer interferências, como a abordada na seção 3.3.2. Nessa seção, vimos como a avaliação do desenvolvimento individual com base em critérios como satisfação pessoal e felicidade pode ser insuficiente, já que muitas pessoas se resignam com sua situação de privação e não se mostram insatisfeitas com ela, mesmo faltando-lhes condições mínimas de dignidade humana. Veremos que as questões de ordem psicossocial, sendo a anterior apenas uma delas, devem ser consideradas se desejarmos ter um entendimento mais próximo da realidade sobre a relação entre agência humana e desenvolvimento.

Além disso, é necessário evitar visões polarizadas segundo as quais o sujeito é simplesmente vítima de questões estruturais e por isso não logra desenvolver-se, ou

o sujeito é visto como plenamente capaz independente de qualquer limitação estrutural, por isso só depende de si o seu desenvolvimento – discussão apresentada na sessão 2.5.2. Um entendimento mais humanizado do sujeito do desenvolvimento evitaria visões extremadas.

4.1. O foco na agência

Segundo teóricos contemporâneos preocupados com a questão da agência humana, atualmente é necessário estudar a exploração da resiliência e da adaptabilidade, e das fontes internas e externas que habilitam as pessoas pobres a lidar com ambientes difíceis e estressantes. O estudo do desenvolvimento deveria atender-se para desenvolver modos alternativos de agência (HOGGETT, 2001). Williams, Popay e Oakley (1999) colocam que são necessárias visões que colocam um sujeito “criativo e reflexivo” do desenvolvimento no centro das discussões.

Para Hoggett (2001), essa ênfase no sujeito cheio de recursos e capacidade criativa é muito bem-vinda. Porém, um modelo robusto de agência deveria encarar questões diversas quanto à agência humana, como as limitações a esta – não apenas as estruturais, muito abordadas por Sen em inúmeros trabalhos, mas também internas - , a recusa de agência por parte do sujeito – como no caso de pessoas que se recusam a trabalhar por não desejar condições melhores de vida ou por não acreditar ser isso possível - e assumir a existência de formas destrutivas de agência – caso de pessoas que, para superar a pobreza, acabam tendo comportamentos destrutivos a si mesmos ou aos outros, como exploração de trabalho sexual ou tráfico de narcóticos.

4.2. Reflexividade e agência

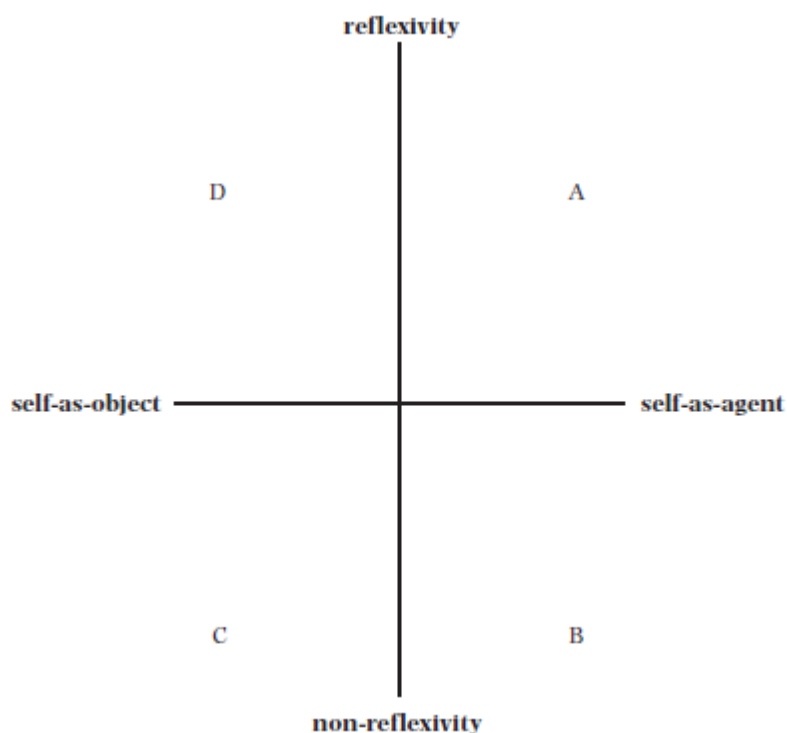
A ideia de um sujeito plenamente e positivamente agente ganhou força com o conceito de reflexividade, de Anthony Giddens (2003). Como parte de sua Teoria da Estruturação, Giddens argumenta que o ser humano é um agente reflexivo, ou seja, sempre consciente das razões pelas quais tomou uma decisão. Seríamos atores conhecíveis, tendo ao menos um conhecimento tácito e mal articulado das motivações de atos realizados.

Deve-se atentar, porém, para a limitação da reflexividade humana: a maioria das escolhas não são feitas pelo ser humano após deliberação racional, mas sim em impulsos ou necessidades de tomada de decisão urgente. Nesses momentos,

necessidades, expectativas, fantasias e sentimentos próprios e alheios pressionam o processo decisório. Algumas vezes, sequer percebe-se que se está fazendo escolhas (HOGGETT, 2001).

Hoggett (2001) relaciona agência e reflexividade em um contínuo, que vai da postura de objeto a sujeito e da não-reflexividade à reflexividade. Este contínuo provê elementos para se pensar a importância e as diferentes consequências possíveis da agência e da reflexividade.

Figura 2 – Contínuo agência e reflexividade.



Fonte: HOGGETT, 2001, p. 48

Quando há agência reflexiva (quadrante A), o sujeito não é posicionado como uma vítima passiva dos discursos sobre o desenvolvimento, relações de gênero ou ambiente de pobreza, mas como moldador consciente e ativo de sua própria história, mesmo em circunstâncias não escolhidas. Assim, o sujeito é um agente responsável, tanto pelas escolhas feitas quanto pelas descartadas ou evitadas, apesar de um contexto de limitações e recursos que variarão de acordo com as justaposições

particulares de classe, gênero, cultura, etc, que constituirão a posição específica daquele sujeito (HOGGETT, 2001).

Porém, o agente reflexivo não necessariamente será um sujeito moral. Sennett (1998), ao falar sobre o mundo corporativo, mostra que o cínico é extremamente consciente de suas ações, que muitas vezes são destrutivas em relação a outros. O exemplo dado no início do capítulo, sobre o agir de forma ilícita para superar privações, também pode se encaixar neste quadrante. A reflexividade e a agência não são características boas por si só.

Já a agência não-reflexiva (quadrante B) se refere à tomada de ações sem planejamento ou reflexão (HOGGETT, 2001). Um exemplo é o caso de pessoas que trabalham em condições indignas ou insalubres mesmo tendo meios de auferir renda semelhante em outra atividade, mas não se dão conta do perigo que seu trabalho oferece.

O que é diferente do sujeito como objeto não reflexivo (quadrante C), o que ocorre quando um indivíduo ou grupo é submetido à dominação constante, de modo que a impotência pode impactar sua capacidade de pensar e expressar sua experiência¹³ - de ser reflexivo (HOGGETT, 2001). Um exemplo seria a situação de uma pessoa vítima de trabalho escravo, que se vê sem opções e não reflete sobre sua experiência de forma a entendê-la como negativa.

Por fim, o caso do sujeito como objeto reflexivo (quadrante D) mostra que se pode estar consciente da maneira com a qual forças, como a doença ou o racismo, causam impacto, e ainda assim não possuir a capacidade de fazer algo a respeito. Por exemplo, uma pessoa negra pode sentir o peso da simpatia¹⁴ de um colega branco pesando sobre si. Ela pode ter a coragem de dar voz a essa experiência e por meio disso afirmar sua agência, efetuando uma mudança no comportamento de outros. Mas isso requer muita coragem, de arriscar parecer ingrata, ofensiva ou criar uma diferenciação ainda maior. Logo, o passo da consciência para a ação pode não ocorrer, e a manutenção da situação se torna mais dolorosa pela presença da reflexividade que a pessoa mantém (HOGGETT, 2001).

¹³ Como o exemplo da seção 3.3.2, citado também neste capítulo.

¹⁴ Em oposição à ideia de empatia, onde há a consideração do outro como semelhante (SENNETH, 1998).

4.3. *Sujeito não unitário*

Além da questão da reflexividade na agência, deve-se considerar a característica não unitária da natureza humana. Segundo Bauman (1993), a ambivalência é uma característica fundamental da condição moral humana. Opondo-se tanto à ideia de que o ser humano é fundamentalmente bom ou fundamentalmente mal, o autor o coloca como “moralmente ambivalente”. Para ele, poucas escolhas são indubitavelmente boas e a maioria é feita entre impulsos contraditórios.

Dizer que o sujeito é dividido e fragmentado significa dizer que há muitos “eus¹⁵” dentro de cada pessoa, cada um caracterizado por uma voz e um humor diferente. Cada pessoa identifica-se e sente-se próxima de alguns desses “eus”, enquanto outros lhe parecem pouco familiares e estranhos (HOGGETT, 2001). Uma pessoa pode, por exemplo, reconhecer-se facilmente como um pai amoroso e homem trabalhador (sendo realmente assim), mas ter dificuldade em lidar com o fato de ser uma pessoa violenta por agredir a esposa – uma forma de agência negativa e, no caso descrito, não-reflexiva. Nesses casos, é comum a recorrência à negação, justificação ou mesmo esquecimento de atos estranhos ao modo de agir que se apresenta na maior parte do tempo. Os comportamentos podem ser muito diferentes e até contrários, de forma que pareçam ser realizados por pessoas diferentes.

A noção de sujeito dividido e fragmentado foi primeiramente articulada por Sigmund Freud (1925), buscando explicar porque algumas vezes as pessoas realizam ações que posteriormente considerarão sem sentido ou contrárias às suas motivações - na realidade, contrárias às motivações do seu “eu” mais familiar e aceito. Qual parte do sujeito domina em dado momento e inicia a ação ou faz escolhas depende das relações sociais nas quais a pessoa está engajada e dos papéis que assume naquele momento (HOGGETT, 2001).

No exemplo anterior, um sujeito amoroso se revela no papel de pai; por outro lado, um sujeito violento domina a situação na relação com a esposa. É porque o sujeito que realiza a ação pode não ser familiar que uma pessoa nem sempre consegue explicar as motivações por que fez algo - ou seja, a pessoa não é um sujeito reflexivo naquele momento, apesar de agente.

¹⁵ No original em inglês, o termo usado foi “self”.

Sem uma concepção não-unitária do sujeito - entendimento de que em cada pessoa há sentimentos e motivações conflitantes - não há forma adequada de se explicar situações complexas como o comportamento auto-destrutivo, o vício, a depressão ou outros estados mentais que atrapalhem o desenvolvimento humano. Por isso, as implicações do questionamento de um modelo racional de sujeito ao pensar o desenvolvimento são consideráveis. Fazer escolhas é algo complexo não apenas porque as circunstâncias (políticas, econômicas etc) que governam a situação podem ser conflitantes, mas também porque os conflitos estão muitas vezes dentro das pessoas (HOGGETT, 2001).

Podemos citar como exemplo a situação de adultos que sentem desejo de voltar à escola e completar a educação, principalmente primária e secundária; mas por outro lado sentem vergonha por causa da idade, ou encaram o descrédito da família quanto à tentativa de reverter uma situação duradoura de pobreza. Esses sentimentos e motivações conflitantes podem ser um entrave ao desenvolvimento humano por meio da educação.

É importante advertir, porém, que um modelo não unitário do sujeito não implica dizer que a ideia de identidade seja uma ilusão. Muito menos que o sujeito não possa ter controle de suas ações e emoções e, por conseguinte, do rumo de suas próprias escolhas e desenvolvimento¹⁶. Segundo Hoggett, isso seria ignorar forças integrativas dentro da subjetividade, como o senso de responsabilidade (PEDDER, 1982). Privilegiar a fragmentação, divisão e diferenças na subjetividade seria privilegiar momentos destrutivos dentro do sujeito.

As pessoas são uma e ao mesmo tempo são como muitas, e uma concepção do sujeito deve ser consciente desse paradoxo. Sem, no entanto, render-se a perspectivas pessimistas ou conformistas sobre o comportamento humano. O que isso sugere sobre as limitações da reflexividade humana é que a capacidade de ser um agente reflexivo existe, porém é quase sempre estrangida, limitada pelas dificuldades encontradas em encarar medos e ansiedades pessoais.

¹⁶Lacan, muito influente na área Psicologia, possui um entendimento oposto, focando na fragmentação do sujeito (HOGGETT, 2001).

4.4. Agência, mudança e desenvolvimento

O interesse no estudo da agência está muito relacionado ao desenvolvimento de habilidades de enfrentamento (no original em inglês, *coping skills*), ou seja, a capacidade de lidar da melhor forma possível com a situação posta, utilizando da melhor forma os recursos disponíveis, sejam externos, como apoio social, ou recursos individuais (TITTERTON, 1992).

Muito dessa literatura fala sobre os sujeitos manejando bem a situação dentro dos limites pré-estabelecidos. Nesses casos, a agência disponível aos atores seria a agência limitada que pode trazer mudança de primeira ordem, ou seja, mudança dentro do padrão. Mas uma perspectiva radical no sujeito do desenvolvimento deve buscar mais do que isso. Deve-se buscar a mudança de segunda ordem, aquela que ocorre quando indivíduos ou grupos desafiam os limites em si. Essas mudanças rupturais, não-incrementais podem ocorrer na vida de indivíduos, em sistemas familiares, comunidades de bairro, dentro de instituições e, ocasionalmente, em sociedades inteiras (HOGGETT, 2001).

Um exemplo seria o caso de uma criança que consegue melhorar sua situação financeira e da família por ter excelentes habilidades de venda nas ruas. Ela promove uma mudança de primeira ordem ao não mais passar fome e quem sabe vestir-se melhor. Porém, é consenso entre os estudiosos que o mínimo esperado para o desenvolvimento de uma criança seja sua presença na escola e longe das ruas, que oferecem muitos perigos. O fato de ser uma ótima vendedora pode trazer-lhe a sensação de empoderamento e agência, mas não trará a ruptura com a situação limitadora e de baixo desenvolvimento humano de sua família; nem a mudança de segunda ordem que levaria a um aumento de capacidades em médio e longo prazo e ao desenvolvimento.

A Teoria da Estruturação de Giddens (1989), vista anteriormente e influente na discussão da agência, pode não ser muito útil no esforço de entender esse tipo de agência ruptural. Por muito tempo, agência foi entendida como lidar, “dar um jeito”, e isso tem uma relação de retroalimentação com a estrutura. Ou seja, essa forma de agência reproduz as estruturas que proveem as condições (ou limitações) para nossa própria agência.

Já quando Deacon e Mann (1999) falam dos pobres como “agentes ativos de mudança”, parecem falar de algo além de meras habilidades de enfrentamento. Um modelo radical de agência deve iluminar a questão de como pessoas rompem com sistemas sociais que determinam suas vidas e assumem os riscos que toda mudança radical de vida traz – de perda de pertencimento, identidade, apoio familiar (HOGGETT, 2001).

Sennett (1998) nota que a linguagem radical de mudança tem sido absorvida por um outro discurso, mais poderoso, de flexibilidade. A mudança está rapidamente tornando-se sinônimo de adaptabilidade - perdendo assim sua importância e poder transformador.

4.5. Consequências de uma abordagem psicossocial do sujeito e da agência

Este capítulo buscou demonstrar a diversidade e complexidade da natureza humana, e como isto deve ser levado em conta ao pensar a agência humana e a maneira como esta pode levar ao desenvolvimento humano. Aprendizados valiosos devem ser guardados, como os limites à reflexividade humana e entendimento de que nem sempre o agir, mesmo de forma reflexiva (agência reflexiva, segundo o modelo de Hoggett), levará a resultados positivos de desenvolvimento humano ou comunitário. Outro aprendizado importante está em perceber os matizes que permeiam a agência humana, entendendo os contínuos entre não-reflexividade e reflexividade, objeto e sujeito, e suas intersecções.

Uma abordagem psicossocial à pesquisa sobre o desenvolvimento considera a ação combinada entre fatores externos e internos, subjetivos e objetivos. Este olhar para a dimensão psicossocial dos fenômenos só tem a acrescentar aos estudos das ciências sociais aplicadas, contribuindo para uma visão mais clara dos objetos de estudo, incluindo o sujeito.

Um entendimento mais real do sujeito do desenvolvimento também pode contribuir para um diálogo franco e cooperativo entre teóricos e políticos de visões opostas. Como observado na sessão 2.5.1., aqueles ligados à “esquerda” tendem a ver o sujeito como necessitado de ajuda para desenvolver recursos para lidar com suas privações e como vítima de um sistema excludente; para estes, é um erro gravíssimo não se enxergar as dificuldades vividas por esses sujeitos. Já para aqueles ligados à

“direita”, o sujeito sempre possui algum meio de ao menos amenizar sua situação de privação, e pode simplesmente escolher não o fazer, por uma falha moral ou desvio de comportamento; para estes, o erro está em automaticamente taxar todo e qualquer sujeito como moralmente bom, vitimado e incapaz.

Ambos os lados possuem alguma razão em suas críticas. Uma visão mais humanizada de agência, ao reconhecer as preocupações de ambos, poderia abrir caminho para um diálogo produtivo para a sociedade e a academia.

5. Considerações finais: o sujeito nas Relações Internacionais

Nas Relações Internacionais, muito se estuda sobre o Sistema Internacional e os Estados-Nação. Os sujeitos também são, porém, unidades e atores das RI. Todos os dias, pessoas participam de fluxos migratórios, são parte de comunidades internacionais (como o Mercosul, CPLP, ONU etc), e muitas vezes não se dão conta disso. As RI, enquanto disciplina teórica, precisam enxergar e reconhecer os sujeitos como parte, agente e objeto, de seu campo de estudo. Não apenas os *decision-makers* – líderes políticos, econômicos e religiosos -, mas também os indivíduos sobre os quais recaem as consequências de decisões tomadas em âmbito internacional ou global.

Como já dito no capítulo 2, as RI apresentam uma clara “predileção” pelo Sistema Internacional e pelo Estado como níveis de análise. Esse comportamento está ligado à necessidade da disciplina de, em seus estudos, indagar-se sobre o “quem”, qual o responsável por determinada ação (MUÑOZ, 2015). À necessidade de determinar as “causalidades históricas”, soma-se a crença de que apenas forças impessoais, como o sistema internacional anárquico, a dinâmica das instituições ou o peso da política doméstica podem determinar o curso de eventos internacionais e globais (BYMAN e POLLACK, 2001).

Nas últimas décadas, a capacidade de indivíduos - ocasionalmente - influenciarem as relações internacionais passou a ser reconhecida, por conta da atuação de grandes líderes políticos. Ainda assim, alguns teóricos afirmam que essa influência em si não seria capaz de levar às generalizações que os cientistas políticos buscam em seus esforços para explicar o funcionamento das relações internacionais (BYMAN e POLLACK, 2001). Isso nos mostra que, além de haver uma grande dificuldade em aceitar-se o estudo de “pessoas” nas RI, quando este ocorre, é baseado no conceito atomizado de “indivíduo”. Este conceito, de base liberal, remete ao termo original em latim, *individuus*: um sujeito indivisível, unitário e racional, considerado de forma isolada da comunidade e de qualquer externalidade, interna ou exterior. Note-se ser o oposto do sujeito em Hoggett, composto de muitos “eus” e reações diferentes em interações sociais diferentes.

O que se defende aqui é o entendimento do sujeito como alguém que possa influenciar as RI e o Desenvolvimento ao mesmo tempo em que é por eles

influenciado. Pode-se constatar nessa afirmação uma semelhança com a Teoria da Estruturação, mas a ideia é levar em consideração alguns elementos a mais do que em Giddens. A relação recursiva entre estrutura e agente – ou, nesse caso, as RI e/ou o Desenvolvimento e o sujeito – não seria exatamente de uma retroalimentação ou influência mútua direta. Isso porque, como abordado no capítulo 4, baseado em Hoggett, há a influência de elementos internos, psíquicos e psicossociais, que podem levar as interações a resultados diferentes do racionalmente esperado.

Em seu livro *“When peoples speak to peoples: an action guide to international cultural relations for american organizations, institutions, and individuals”* (1953), Harold Snyder problematiza o tratamento do comportamento humano nas Relações Internacionais e coloca o ser humano como central nas RI¹⁷:

In this day when great social and political forces are awake in all parts of the world, we tend to forget how important the role of the individual person can be. The complexity of international problems obscures at times the moral, social, and humanitarian motives which influence human behavior and ultimately the actions of nations. This book starts from the thesis that the human being is central in foreign affairs. If person-to-person and group-to-group relationships are the basis of all social development, it would seem reasonable that by practicing, expanding, and strengthening such relationships internationally, we increase our ability as a free people to cope with the problems which face us (SNYDER, 1953, p.v).

Apesar da negligência do elemento humano nas RI, o autor aponta como avanços o esforço na utilização de ciências sociais como a antropologia, a análise de opinião e propaganda e a psicologia social. Ademais, ele advoga pela necessidade do simples entendimento das relações internacionais como relações entre pessoas, de várias nacionalidades (SNYDER, 1953). Deve-se ter cuidado para não cometer uma

¹⁷ Note-se aqui os termos escolhidos pelo autor - “pessoa individual - para referir-se ao que optamos por chamar “sujeito”. A dificuldade em definir um termo para tratar o sujeito foi percebida em quase toda a literatura consultada, e enfrentada por nós também. Optou-se por considerar o sujeito como sinônimo de “pessoa” - apesar de o termo “sujeito”, como aqui exposto, trazer uma carga de influência mútua das estruturas e influência de questões internas psíquicas e psicossociais. A correspondência entre os termos, no entanto, é explicitamente negada por alguns teóricos que tratam da natureza humana nas RI.

simplificação exagerada, pois caso as RI pudessem ser colocadas apenas como a interação entre partes, não haveria a necessidade de um campo de estudo das Relações Internacionais, analisando características sistêmicas (WIGHT, 2007). De qualquer modo, é certo que o fator humano não deve continuar a ser negligenciado nas RI¹⁸.

Um exemplo de como as RI muitas vezes, mesmo ao abrirem um espaço que poderia ser de discussão do sujeito, acabam por negligenciá-lo, é a área dos Direitos Humanos nas Relações Internacionais. A área é atualmente fechada em si mesma, “um sistema com seus próprios padrões, instituições e mecanismos, um mundo de especialistas ainda distantes da conexão intrínseca com a vida diária das pessoas” (FORTMAN, 2011, p.1). Enquanto a mídia de massa enfatiza as violações aos Direitos humanos, seu foco está primariamente nas relações internacionais e na política externa ao redor das violações. Isto não seria um problema se a ênfase estivesse em considerar os Direitos Humanos como um fim a ser atingido.

Porém, o que permeia as RI é o uso da temática de Direitos Humanos como instrumento para aumentar a credibilidade de Estados em detrimento da imagem de outros. Tanto as denúncias de violações aos DH quanto a assinatura e ratificação de tratados na área tem sido feitas com o interesse primeiro de censurar rivais políticos ou de criar uma imagem positiva diante da comunidade internacional. Mesmo que padrões e mecanismos internacionais tenham sido criados por via legal, sua implementação tem sido dominada pelas relações internacionais (FORTMAN, 2011).

Uma mudança necessária para responder a este problema passaria por uma problematização epistemológica do sujeito. As RI têm considerado Estados, instituições ou líderes como sujeitos, em uma variação que se dá de forma ontológica, a depender a teoria utilizada. Colin Wight (2007) enfatiza que, de modo geral, a diferença entre as teorias das RI não se dá de forma epistemológica ou metodológica, como muitos acreditam, mas sim de forma ontológica. Da mesma forma, o sujeito nas

¹⁸ Ao abordar este assunto, o autor faz uma observação interessante. Segundo ele, o fator humano, muitas vezes ignorado nas RI, é sempre considerado e instrumentalizado por ditadores e ideologias de cunho autoritário, os quais buscam exercer controle sobre as pessoas por meio da influência psicológica, propaganda e subversão dos fatos. O autor completa, ainda, que isto não ocorre por acaso, mas sim como fruto de cuidadoso estudo dos medos e aspirações do homem comum (SNYDER, 1953), sendo esta mais uma razão para que tanto os estudiosos considerem este fator.

RI necessita de uma discussão epistemológica aprofundada, que repense, reposicione e reconstrua seus sujeitos.

Em suma, o que se advoga aqui é que as RI não deveriam preocupar-se apenas com a explicação de fenômenos, com o apontamento de um responsável ou causa, mas também com os "99% por cento da população", aqueles sobre os quais recaem as consequências das decisões das instituições internacionais. Uma situação recente, no contexto da guerra civil síria e dos consequentes pedidos de refúgio no continente europeu, ilustra a crítica aqui exposta. A imprensa tem revelado os perigos dos campos de refugiados improvisados na Europa, como na história de mulheres sírias que fugiram da guerra, mas já em solo europeu não escaparam da violência dos maridos.

No caso de muitas pessoas, problemas se sobrepõem e as questões de segurança militar ou estabilidade política não são as únicas a serem consideradas. Como afirma Hoggett, cada sujeito assume inúmeros papéis durante a vida – no caso das mulheres mencionadas, sabemos que são ao menos fugitivas de guerra, mães e esposas, e todos esses papéis são exercidos ao mesmo tempo. Por isso a necessidade de que as RI tornem o olhar para o sujeito, de forma sensível à sua complexidade em todas as suas fontes, internas ou externas, políticas, culturais, sociais ou psicológicas.

A proposta não é de que as RI devam ser encarregadas do estudo de todos os fenômenos humanos ou de buscar as saídas para todos os problemas. Mas tão somente que a disciplina considere - que seus teóricos tenham em mente - a diversidade da experiência humana ao estudar os fenômenos internacionais. Isso porque qualquer fenômeno necessariamente envolverá pessoas, participando de sua construção e sendo afetadas por ele.

REFERÊNCIAS

BARRY, N. **An introduction to modern political theory**. London: Macmillan, 1981.

BAUMAN, Z. **Postmodern Ethics**. Oxford: Blackwell, 1993.

BBC. **Labour failed on welfare reform**. Disponível em: <<http://www.bbc.com/news/uk-politics-11842711>>. Acesso em 02 dez 2015.

BOLTANSKI, L. **Soziologie und Sozialkritik. Frankfurter Adorno-Vorlesungen**. Berlim: Suhrkamp, 2010.

BYMAN, D e POLLACK, K. **Let Us Now Praise Great Men** in: International Security. Belfer Center for Science and International Affairs, Harvard Univ., 79 John F. Kennedy, St., Cambridge, Mass. 02138, Spring 2001.

CASTRO, H.; WALTER, M.; SANTANA, C. e STEPHANOU, M. **Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira**. Opin. Publica [online]. 2009, vol.15, n.2 [cited 2015-12-01], pp. 333-355 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010462762009000200003&lng=en&nrm=iso>. ISSN 0104-6276.

DEACON, A e MANN, K. **Agency, Modernity and Social Policy**. Journal of Social Policy, 28, pp 413-435, 1999.

DICKSON, A. **Development and International Relations: A Critical Introduction**. Wiley, 1997.

DOWER, N. **'The idea of International Development: Some Ethical Issues'**. Artigo apresentado na Conferência Europeia para a Pesquisa Política, 1994.

FINCH, J. **Family Obligations and Social Change**. Cambridge: Polity Press, 1989

FORTMAN, B. **Human Rights in the Context of International Relations**. E-International Relations, 30 jul. 2011.

FREUD, S. **Negation**, standard edition, vol. 19, 234–9, 1925.

GIDDENS, A. **A constituição da sociedade**. 2ª ed. São Paulo: Editora Martins Fontes, 2003.

HALE *et al.* **The Third Way and beyond: Criticisms, futures and alternatives**. Manchester: [Manchester University Press](#), 2004.

HOGGETT, P. '**The internal establishment**', in P. Bion Talamo, F. Borgogno and S. Merciai (eds.), *Bion's Legacy to Groups*, Karnac Books, Londres, 1998.

_____. **Agency, Rationality and Social Policy**. *Journal of Social Policy*, 30, pp 37-56, 2001.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Workfare Tendencies in Scandinavian Welfare Policies**, 2001. Disponível em: <<http://www.ilo.org/public/english/protection/ses/info/publ/workfare.htm>>. Acesso em: 03 dez 2015.

MUÑOZ, L. **O sujeito nas Relações Internacionais: um problema epistemológico**. *Universitas Relações Internacionais*, Brasília, v. 13, n. 1, p. 1-13, jan./jun. 2015.

O'NEIL, O. '**Justice, Gender and International Boundaries**', in Nussbaum, M. and Sen, A. (eds) *The quality of life*. Oxford: Clarendon Press, 1993.

PEDDER, J. '**Failure to mourn, and melancholia**', *British Journal of Psychiatry*, 141, 329–37, 1982.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO. Os **Objetivos do Milênio**. Disponível em <http://www.pnud.org.br/odm.aspx>. Acesso em 05 nov. 2015.

SEN, A. **Poverty and famines: an essay on entitlement and deprivation**. Oxford/Nova York: Oxford University Press, 1981.

_____. O desenvolvimento como expansão de capacidades. **Lua Nova**, São Paulo, n. 28-29, p. 313-334, abr. 1993. Disponível em

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010264451993000100016&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em 01 nov. 2015.

_____. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Cia. das Letras, 1999.

SENNETT, R. **The Corrosion of Character: the personal consequences of work in the new capitalism**. Nova York: W. W. Norton and Co., 1998.

SIMMEL, G. **Sociología. Estudios sobre las formas de socialización. v.2**. Buenos Aires: Espasa-Calpe Argentina, 1939.

SNYDER, H. **When Peoples Speak to Peoples: an Action Guide to International Cultural Relations for American Organizations, Institutions, And Individuals**. Washington: American Council on Education, 1953.

TIME. **The 2010 Time 100: Amartya Sen**. Disponível em: <http://content.time.com/time/specials/packages/article/0,28804,1984685_1984745_1985494,00.html>. Acesso em 06 nov 2015.

TITTERTON, M. **'Managing threats to welfare: the search for a new paradigm of welfare'**. Journal of Social Policy, 21:1, 1–23, 1992.

WIGHT, C. **Agents, Structures and International Relations: Politics as Ontology**. Cambridge University Press, Cambridge, 2006.

WILLIAMS, F., J. POPAY and A., OAKLEY. **'Changing paradigms of welfare'**, in F. Williams, J. Popay and A. Oakley (eds.), *Welfare Research: a critical review*, UCL Press, Londres, 1999.